



---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ODEBRECHT DEFESA E TECNOLOGIA S.A.**

**ENTRE**

**ODEBRECHT DEFESA E TECNOLOGIA S.A.**  
*na qualidade de emissora*

**E**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*na qualidade de agente fiduciário, representando os Debenturistas*

**E**

**ODEBRECHT S.A.,**  
*na qualidade de garantidora*

**30 DE JULHO DE 2013**

---

**4ºRTD-RJ - 945301**  
Emoi 624,76/Distrit 14,80/Ler111/06 31,3  
M/A 10,86/FETJ 125 41/LEI6281 25,06  
Lei 4 664/05 31,34 / Tot Emoi (R\$) 863,5  
PARÁM Vtras 3 / Nome(s) 2 / Págs 53  
Proc Estr N / Averb N / Dila





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ODEBRECHT DEFESA E TECNOLOGIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas (“Partes”):

**ODEBRECHT DEFESA E TECNOLOGIA S.A.**, sociedade de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob o nº 13.688.755/0001-72, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 370, 1º andar, parte, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia” ou “Emissora”);

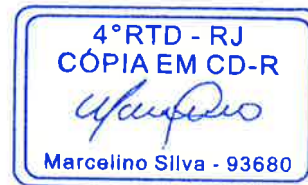
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514 – Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série da presente emissão (“Debenturistas da Primeira Série”, “Debenturistas da Segunda Série” e, em conjunto, os “Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”);

e, ainda, na qualidade de garantidora,

**ODEBRECHT S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Luiz Vianna Filho, nº 2.841, Edifício Odebrecht, Paralela, CEP 41730-900, inscrita no CNPJ sob o nº 05.144.757/0001-72, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“ODB” ou “Garantidora”),

todas vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Odebrecht Defesa e Tecnologia S.A. (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO



1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de julho de 2013 (“AGE”).

## CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1 A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Emissão” e “Debêntures”), para distribuição pública com esforços restritos de colocação (“Oferta”), nos termos da Instrução Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM nº 476”), será realizada com observância dos seguintes requisitos.

### 2.1.1. Arquivamento e Publicação da AGE

2.1.1.1. A AGE da Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”), e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (“DOERJ”) e (ii) no Jornal do Commercio – Caderno Rio de Janeiro.

### 2.1.2. Arquivamento da Escritura

2.1.2.1 A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, conforme o disposto no Artigo 62, inciso II, e §3º do mesmo artigo da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que 1 (uma) via original da presente Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias corridos após o arquivamento na JUCERJA.

2.1.2.2 Em virtude da garantia fidejussória, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão protocolados para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Salvador, Estado da Bahia e da Cidade e Estado do Rio de Janeiro (“Cartórios Competentes”) em até 10 (dez) Dias Úteis, sendo certo que 1 (uma) via original da presente Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias corridos após o registro nos Cartórios Competentes.



### **2.1.3 Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**

2.1.3.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476.

2.1.3.2 A Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” em vigor desde 1º de junho de 2011.

### **2.1.4. Registro para Colocação e Negociação**

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.4.1 acima, conforme o disposto no Artigo 13 da Instrução CVM nº 476, e respeitadas as demais disposições legais aplicáveis, as Debêntures somente poderão ser negociadas, nos termos do Artigo 15, §1º, da Instrução CVM nº 476 e depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, observando ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476.



### **CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1. De acordo com o Artigo 3º do seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social a atuação no setor de defesa, segurança e tecnologia, podendo fornecer, produzir, comercializar e desenvolver, direta ou indiretamente, produtos e serviços, inclusive serviços de construção civil e engenharia, destinado a tais indústrias, com exceção de armamentos leves, bem como participar como acionista minoritário ou controlador, em outras sociedades que atuem nas áreas anteriormente descritas.

#### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. A presente Emissão constitui a primeira emissão de debêntures da Emissora.

#### **3.3. Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo (i) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para as Debêntures da primeira Série ("Primeira Série"); e (ii) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para as Debêntures da segunda Série ("Debêntures da Segunda Série").

#### **3.4. Número de Séries**

3.4.1. A Emissão será realizada em duas séries ("Séries").

#### **3.5. Quantidade de Debêntures**

3.5.1. Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures, sendo (i) 25 (vinte e cinco) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 25 (vinte e cinco) Debêntures da Segunda Série.



### 3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação no montante de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com a intermediação do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Coordenador Líder”), para participar da distribui  o pública das Debêntures, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordena  o, Coloca  o e Distribui  o da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em A  oes, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribui  o Pública com Esforços Restritos de Coloca  o, da Odebrecht Defesa e Tecnologia S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Coloca  o”).

3.6.2. O plano de distribui  o das Debêntures seguir   o procedimento descrito na Instru  o CVM 476, conforme previsto no Contrato de Coloca  o. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definidos abaixo), sendo possível a subscri  o ou aquisi  o de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.6.2.1. Nos termos da Instru  o CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instru  o da CVM n   409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instru  o CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instru  o CVM 409 obrigatoriamente subscrever  o e integralizar  o, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.2.2. No ato de subscri  o das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declara  o atestando que efetuaram sua própria análise com rela  o    capacidade de pagamento da Emissora e atestando estar cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restri  o  es de negocia  o previstas na regulament  o  o aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declara  o, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condi  o  es.





3.6.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer Investidor Qualificado, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.6.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, independentemente da ordem cronológica, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.6.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.7. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### **3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.7.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A. instituição financeira com sede na Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o Escriturador Mandatário é o Itaú Corretora de Valores S.A. instituição financeira com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, entre outras responsabilidades definidas em normas da CETIP.



### **3.8. Destinação dos Recursos**

3.8.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão será destinada ao financiamento de capital de giro da Emissora.

## **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Características Básicas das Debêntures**

4.1.1. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será 29 de julho de 2013 (“Data de Emissão”).

4.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

4.1.4. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”), observado o disposto no Artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM nº 476.

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de julho de 2015 (“Data de Vencimento das Debêntures”).

### **4.2. Subscrição**

4.2.1. Prazo de Subscrição. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição e dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Colocação, observado o disposto na Instrução CVM nº 476.

4.2.2. Subscrição das Debêntures da Primeira Série. Os Debenturistas da Primeira Série irão realizar a subscrição nos termos da Cláusula 4.3.1 abaixo.





4.2.3. Subscrição das Debêntures da Segunda Série. Os Debenturistas da Segunda Série irão realizar a subscrição mediante a assinatura de boletim de subscrição que deverá conter as condições das Debêntures da Segunda Série (“Boletim de Subscrição das Debêntures da Segunda Série”). O Boletim de Subscrição das Debêntures da Segunda Série deverá ser encaminhado ao Escriturador Mandatário.

#### **4.3. Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição de acordo com os procedimentos do MDA adotados pela CETIP (“Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série”).

4.3.2. A totalidade das Debêntures da Segunda Série serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em até 23 (vinte e três) meses contados da Data de Emissão. A Emissora e o Coordenador Líder deverão comunicar a CETIP da data de integralização no mínimo com 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de integralização pretendida (“Data de Integralização da Segunda Série”).

#### **4.4. Direito de Preferência**

4.4.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

#### **4.5 Repactuação**

4.5.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.6. Condições de Pagamento**

4.6.1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou (b) do Banco Liquidante.

4.6.2. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.



4.6.3. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.6.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 4.6.1 e 4.6.3 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.7. **Publicidade**

4.7.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente publicados no Jornal do Commercio – Caderno Rio de Janeiro e no DOERJ, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Emissora; bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet ([www.odebrecht.com](http://www.odebrecht.com)), observado o estabelecido no Artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476 em relação à publicidade da oferta pública com esforços restritos de colocação e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

#### 4.8. **Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.8.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista titular quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.



#### 4.9. Características das Debêntures da Primeira Série

4.9.1. Preço de Subscrição. O preço de subscrição das Debêntures da Primeira Série será seu Valor Nominal Unitário na Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série.

4.9.2. Atualização Monetária do Valor Nominal. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série.

4.9.3. Remuneração da Primeira Série. A partir da Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série, as Debêntures da Primeira Série farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas “Taxa DI *over* extragrupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”) capitalizada de um *spread*, ou sobretaxa, equivalente a 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração da Primeira Série”). A Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série apurado em conformidade com esta Escritura, desde a Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série ou da data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, e será paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

4.9.3.1. Para fins de cálculo da Remuneração da Primeira Série, define-se “Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, ou na data de pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, e termina na data do próximo pagamento da Remuneração da Primeira Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série sucede o anterior sem solução de continuidade.



4.9.3.2. A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da Primeira Série será devido em 29 de janeiro de 2014 e o último será devido na Data de Vencimento das Debêntures, conforme a tabela abaixo e observada a Cláusula 4.6.2 acima:

<b>Datas de Pagamento da Remuneração da Primeira Série</b>
29 de janeiro de 2014
29 de julho de 2014
29 de janeiro de 2015
29 de julho de 2015

4.9.3.3. A Remuneração da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor da Remuneração da Primeira Série acumulada no período, devida em cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“VNe” Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator Juros” corresponde ao fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{Fator Spread}, \text{ onde:}$$

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, sendo “n” um número inteiro;

“TDI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“DI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” será definido de 1,70

“DP” é o número de Dias Úteis entre a Data da Subscrição e Integralização da Primeira Série ou data de pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro;



4.9.3.4. O cálculo da Remuneração da Primeira Série acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.3.5. Observado o quanto estabelecido no item 4.9.3.6 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.9.3.6. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis acima, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série (“Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série”) para os Debenturistas da Primeira Série definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item 4.9.3.3. acima e na





apuração de  $TDI_k$  será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.9.3.7. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da Primeira Série, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

4.9.3.8. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série realizada conforme o item 4.9.3.6 acima, entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, a partir da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a Taxa SELIC ao invés da Taxa DI.

4.9.3.9. Para fins desta Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados nacionais. Para as demais obrigações previstas nesta Escritura ou para as Debêntures que não estiverem custodiadas na CETIP, na data de cada pagamento, o dia em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

4.9.4. Amortização das Debêntures da Primeira Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 1 (uma) parcela na Data de Vencimento.

#### **4.10. Características das Debêntures da Segunda Série**

4.10.1 Preço de Subscrição. O preço de subscrição das Debêntures da Segunda Série será seu Valor Nominal Unitário.

4.10.2. Atualização Monetária do Valor Nominal. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série.



4.10.3. Remuneração da Segunda Série. A partir da data de integralização das Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada de um *spread*, ou sobretaxa, de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no caso da integralização ocorrer até 26 de dezembro de 2013, inclusive, e 2,20% (dois inteiro e vinte centésimos por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no caso de a integralização ocorrer após 26 de dezembro de 2013, exclusive (“Remuneração da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, “Remuneração”). A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série apurado em conformidade com esta Escritura, desde a data de integralização das Debêntures da Segunda Série ou desde a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, e será paga ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série.

4.10.3.1. Para fins de cálculo da Remuneração da Segunda Série, define-se “Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na data de integralização das Debêntures da Segunda Série, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, ou na data de pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, e termina na data do próximo pagamento da Remuneração da Segunda Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.10.3.2. A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente, nas mesmas datas de pagamento da Remuneração da Primeira Série, conforme cronograma previsto na Cláusula 4.9.3.2 acima, considerando que as Debêntures da Segunda Série tenham sido integralizadas, neste caso, o primeiro pagamento da Remuneração da Segunda Série poderá ser inferior ao período semestral.



4.10.3.3. A Remuneração da Segunda Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor da Remuneração da Segunda Série acumulada no período, devida em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao valor da Remuneração da Segunda Série acumulada no período, devida em cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator Juros” corresponde ao fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{Fator Spread}, \text{ onde:}$$

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, sendo “n” um número inteiro;

“TDI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“ $DI_k$ ” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” será 1,70 (um inteiro e setenta centésimos), no caso da integralização ocorrer até 26 de dezembro de 2013, inclusive, e 2,20 (dois inteiro e vinte centésimos), no caso de a integralização ocorrer após 26 de dezembro de 2013, exclusive.

“DP” é o número de Dias Úteis entre a data de integralização das Debêntures da Segunda Série ou data de pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro;

4.10.3.3. O cálculo da Remuneração da Segunda Série acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;



- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.10.3.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento da Remuneração da Segunda Série, serão observados os procedimentos descritos nas Cláusulas 4.9.3.5 a 4.9.3.8 acima, de forma individual aos Debenturistas da Segunda Série, considerando que deverá ser convocada assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série (“Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série”).

4.10.4. Amortização das Debêntures da Segunda Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 1 (uma) parcela na Data de Vencimento.

#### **4.11. Imunidade de Debenturistas**

4.11.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

#### **4.12. Fiança**

4.12.1. As Debêntures são garantidas por fiança corporativa irrevogável e incondicional de totalidade da dívida da Emissora representada pelas Debêntures subscritas e integralizadas, na data de subscrição e integralização das Debêntures de cada uma das Séries, a ser constituída neste ato, prestada pela Garantidora qualificada no preâmbulo desta Escritura. A Garantidora que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obriga, perante os Debenturistas, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo



único, 821, 827, 834, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil (“Fiança” ou “Garantia”).

4.12.1.1 Não obstante o disposto na Cláusula 4.12.1 acima, parte ou a totalidade da Fiança ora outorgada, poderá ser substituída, mediante solicitação da Emissora e contratação às suas expensas de carta de fiança a ser emitida por instituição financeira de primeira linha, desde que tal instituição, bem como os termos e condições da carta de fiança substitutiva sejam previa e expressamente aprovados pelos Debenturistas.

4.12.1.2 A fiança deverá garantir o pontual pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, na data de integralização de cada uma das séries, na Data de Amortização, em qualquer data de pagamento da Remuneração da Primeira Série e/ou da Remuneração da Segunda Série ou na Data de Vencimento, conforme o caso, acrescido da Remuneração da Primeira Série e/ou da Remuneração da Segunda Série, conforme aplicável, e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução da garantia previstas nesta Escritura, apurado na data da execução da fiança (“Valor Garantido”).

4.12.2 Caso não ocorra o pagamento pela Emissora após o término do prazo de cura mencionado no item (i) da Cláusula 6.1.1, o Agente Fiduciário deverá notificar a Garantidora, após 5 (cinco) dias corridos contados do término do mencionado prazo de cura, sobre o inadimplemento da Emissora de suas obrigações assumidas nos termos desta Escritura (“Notificação de Inadimplemento”). A Garantidora obriga-se a pagar o Valor Garantido no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data do recebimento da Notificação de Inadimplemento.

4.12.2.1 O pagamento da fiança deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

4.12.2.2 A fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.





4.12.2.3 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.12.2.4 A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada.

4.12.2.5 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.12.2.6 A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

## **CLÁUSULA V**

### **RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

#### **5.1. Aquisição Facultativa**

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado secundário: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário desde que observe as regras expedidas pela CVM, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

#### **5.2. Resgate Antecipado**

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante aviso aos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme aplicável, ao Agente Fiduciário, e à CETIP, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva data do evento, promover o resgate antecipado da



totalidade ou de parte das Debêntures da Primeira Série ou da Segunda Série que estejam em Circulação, com o consequente cancelamento de tais debêntures (“Resgate Antecipado”). O Resgate Antecipado será realizado mediante o pagamento aos Debenturistas da respectiva Série do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série acrescido da (i) da Remuneração da Primeira Série e/ou da Remuneração da Segunda Série, conforme aplicável, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Subscrição e Integralização da Primeira Série ou a data do pagamento da Remuneração da Primeira Série, para as Debêntures da Primeira Série, e/ou da Remuneração da Segunda Série ou a data do pagamento da Remuneração da Segunda Série, para as Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado, e (ii) de Prêmio de Resgate Antecipado, conforme abaixo definido, incidente sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da Primeira Série e/ou da Remuneração da Segunda Série, conforme aplicável, devida até a data do Resgate Antecipado, observado que as Debêntures da Segunda Série não poderão ser resgatadas antes da data de sua integralização.

5.2.1.1 Observado o disposto no item 5.2.1.acima, a Emissora pagará um prêmio de Resgate Antecipado para as Debêntures objeto do Resgate Antecipado (“Prêmio de Resgate Antecipado”):

- (a) de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o efetivo valor do Resgate Antecipado, acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do Resgate Antecipado, calculado *pro rata temporis*, caso o resgate antecipado ocorra até o 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contados da Data de Emissão ou da data de integralização das Debêntures da Segunda Série; e
- (b) não haverá incidência de Prêmio de Resgate Antecipado após o 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contados da Data de Emissão.

5.2.3 Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, o Resgate Antecipado deverá ocorrer conforme os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.3.1 No caso de resgate antecipado parcial, este se realizará mediante sorteio, nos termos do parágrafo 19 do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, dispensado caso haja apenas um Debenturista.

## CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

### 6.1 Eventos de Inadimplemento

6.1.1 Observado o disposto na Cláusula 6.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.5 abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures correspondente, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Subscrição e Integralização da Primeira Série, para as Debêntures da Primeira Série, ou desde a Data Integralização da Segunda Série, para as Debêntures da Segunda Série, ou da data de pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, ao tomar ciência da ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (iii) inadimplemento de qualquer dívida contraída com instituição financeira em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas seja parte, na qualidade de devedora, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individual ou agregado a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) ou seu equivalente em outra

moeda, não sanado, quitada, garantida ou extinta, no prazo de cura aplicável à respectiva dívida ou, na sua ausência, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da notificação prevista no caput desta Cláusula e desde que a exigibilidade do pagamento não esteja suspensa;

(iv) protesto de títulos contra a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), conforme abaixo definido, ou o seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a sua anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; se (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (d) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora ou por sua(s) controlada(s);

(v) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros contra a Emissora, e desde que tal pedido não seja devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito judicial, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; nos termos do artigo 98 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; ou (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente;

(vi) mudança do controle direto ou indireto da Emissora, conforme o disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, salvo mudanças de controle direto ou indireto e eventual reestruturação societária dentro do grupo econômico do qual a Emissora faz parte, incluindo, mas não se limitando, a eventual incorporação direta ou reversa pela/da Emissora de/por qualquer de suas controladas, conforme aplicável;

(vii) caso a Fiança, nos termos da Cláusula 4.12 acima, seja considerada sem efeito ou validade, por liminar ou sentença, sem que a Emissora e/ou a Garantidora, conforme aplicável, tomem as providências necessárias para



sanar eventual irregularidade e/ou garantir sua validade ou substituí-la, por fiança com instituição bancária de primeira linha, desde de que aprovado pelos Debenturistas, e dentro de um prazo razoável a ser determinado por estes últimos, mas nunca inferior ao prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da notificação prevista no caput desta Cláusula; e

(viii) contratação de novos empréstimos ou financiamentos pela Emissora de forma a tornar as Debêntures subordinadas aos pagamentos de tais dívidas.

## **6.2 Vencimento Antecipado Automático e Não Automático - Procedimentos Aplicáveis**

6.2.1 A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nas alíneas (i), (iii), (iv), (v), (vi), (vii) e (viii) da Cláusula 6.1 acima, desde que não sanados nos respectivos prazos de cura, conforme aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

6.2.2 Na ocorrência do evento descrito na alínea (ii), da Cláusula 6.1 acima, desde que não sanado em seus respectivo prazos de cura, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência do mencionado evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX desta Escritura e o quorum específico estabelecido na Cláusula 6.2.3, abaixo.

6.2.3 A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.2.2 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures

6.2.4 Adicionalmente, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da cláusula 9.1.4. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, conforme o caso.

6.2.5 Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário, ou os





Debenturistas, a Emissora poderá convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX desta Escritura e o quorum específico estabelecido na Cláusula 6.2.2 acima. Caso, após 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência do(s) respectivo(s) Evento(s) de Inadimplemento a Assembleia Geral de Debenturistas não tiver sido convocada, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.1 acima.

6.2.6 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures.

## **CLÁUSULA VII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA**

#### **7.1. Obrigações Adicionais**

7.1.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura e na legislação em vigor, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:

- (i) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as seguintes obrigações:
  - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
  - b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
  - c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, bem como enviar dentro do mesmo prazo





- acima, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes; e (b) declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da emissão;
- d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM nº 358”), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, comunicando em até 3 (três) Dias Úteis ao Coordenador Líder da oferta e ao Agente Fiduciário;
  - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM; e
  - h) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos subitens (c) e (d) acima;
- (ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis.
  - (iii) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP;
  - (iv) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis aos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.5 abaixo) e ao Agente Fiduciário a ocorrência de Evento de Inadimplemento;

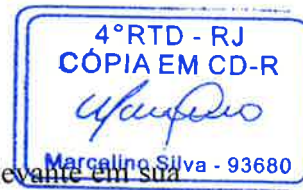


- (v) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário e aos titulares das Debêntures em Circulação qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional;
- (vi) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações, inclusive ambientais, necessárias ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em Impacto Adverso Relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ou que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé;
- (vii) exceto com relação àqueles pagamentos questionados na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, cujo não pagamento resulte em Impacto Adverso Relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (viii) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação de titulares de Debêntures representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, salvo cessão, transferência ou alienação em decorrência de incorporação reversa da Emissora pela/para empresa Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S. A. (CNPJ sob nº 65.481.012/0001-20) ("Mectron"), de forma que a Garantidora permaneça com o controle direto e/ou indireto da Mectron e desde que (a) a Emissora tenha previamente encaminhado ao Agente Fiduciário os documentos pertinentes para realização de procedimento de *Know Your Customer* da Mectron, nos termos da lista constante como Anexo I à presente Escritura ("KYC") e (b) que o KYC bem como a incorporação reversa sejam aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (ix) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (a) para a validade ou



exequibilidade das Debêntures; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;

- (x) contratar e manter contratados, às suas expensas, os demais prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, quais sejam: (a) Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; (b) Agente Fiduciário; e (c) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, CETIP21);
- (xi) colaborar com o Agente Fiduciário na elaboração dos relatórios destinados aos Debenturistas descritos no item (xiii) da Cláusula 8.4.1 abaixo, fornecendo para tanto o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM nº 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, limitado à estrutura da Garantidora, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social
- (xii) utilizar os recursos obtidos com a Emissão exclusivamente conforme descrito na Cláusula 3.7 acima;
- (xiii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não realizar transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xv) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não praticar qualquer ato ou negócio em desacordo com seu estatuto social ou não abrangido no seu objeto social;
- (xvi) enquanto todos os valores devidos aos titulares das Debêntures não forem integralmente pagos, não alterar seu objeto social de forma que



tal alteração possa resultar em um Impacto Adverso Relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional; e

- (xvii) levar a registro a presente Escritura ou seus eventuais aditamentos nos Cartórios Competentes em até 10 (dez) dias corridos contados da data de assinatura desta Escritura ou dos eventuais aditamentos e enviar o comprovante de tais registros ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias corridos após a data dos mencionados registros.

## CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, conforme Artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o Artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e alterações posteriores (“Instrução CVM nº 28/83”), para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;



- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- vii) ser uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

### **8.3. Substituição**

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do evento que a determinar, a Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do



término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias corridos para a primeira convocação e de 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.

8.3.2. Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCERJA e nos Cartórios Competentes.

8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.





#### 8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e



Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

- x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, de forma justificada;
- xi) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.1.1.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, às expensas da Emissora;
- xii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;



- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 6.1 acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora; e
  - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado; e
  - c) na CVM.
- xv) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 2.1.1.1 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;
- xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- xvii) coordenar o resgate parcial das Debêntures de acordo com o previsto nesta Escritura;

- xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- a) à CVM; e
  - b) à CETIP;
- xx) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto; e
- xxi) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e website, o Valor Nominal Unitário a ser calculado pela Emissora.

## **8.5. Atribuições Específicas**

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- ii) requerer a falência da Emissora;

- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1 e 6.2 (e suas subcláusulas) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 8.5.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) da Cláusula 8.5.1 acima.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de,



obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

#### **8.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

8.6.1. Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$3.000,00 (três mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

8.6.2 As parcelas citadas na Cláusula 8.6.1 supra serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas pro rata die, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.6.3 As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda e a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.4 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die.

8.6.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.



8.6.6 A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, despesas com conference calls, contatos telefônicos, extração de certidões, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

8.6.7 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

## CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 9.1. Convocação

9.1.1. À Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (todas em conjuntos referidas simplesmente como "Assembleia Geral de Debenturistas") aplicar-se-á o disposto no Artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas de cada Série pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação de cada Série, ou (iv) pela CVM. Para deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas das quais deverão participar os Debenturistas da Primeira Série, e os



Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita: (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou (iv) pela CVM.

9.1.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas de cada Série e das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto na Cláusula 2.1.1.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas de cada Série e as Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias corridos, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas da referida Série e a Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

## **9.2. Quorum de Instalação**

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas de cada Série se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas de cada Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva Série em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.5 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença dos Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.5 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

## **9.3. Mesa Diretora**

9.3.1. A presidência ou a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas de cada Série caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas, devendo o outro assento da mesa diretora da Assembleia Geral de Debenturistas ser eleito



pelos titulares das Debêntures de cada Série ou àquele que for designado pela CVM.

#### **9.4. Quorum de Deliberação**

9.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas de cada Série, a cada Debênture da respectiva Série caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.4.2 abaixo ou quórum específico estabelecido nesta Escritura, todas as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas de cada Série deverão ser aprovadas pelos Debenturistas da respectiva Série que representem, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas de cada Série, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme definido na Cláusula 9.5 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas da Série ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas .

#### **9.5. Debêntures em Circulação**

9.5.1. Considera-se “Debêntures da Primeira Série em Circulação” todas as Debêntures da Primeira Série subscritas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.5.2. Considera-se “Debêntures da Segunda Série em Circulação” todas as Debêntures da Segunda Série subscritas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.



9.5.3. Considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1 A Emissora, e a Garantidora neste ato, declaram e garantem nesta data, segundo seu conhecimento, após pesquisa razoável, que:

- (i) são sociedades por ações devidamente constituídas, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (ii) estão devidamente autorizadas a celebrar a presente Escritura e a cumprir as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura e cada um dos documentos da Emissão constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (iv) a celebração desta Escritura, a outorga da fiança e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, consentimento, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o



cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão;

- (vi) a celebração desta Escritura, bem como o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais sejam parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (vii) não omitiram nenhum fato relevante, de qualquer natureza e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (viii) as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, cuja cópia foi fornecida ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora ou da Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora ou da Garantidora referentes ao período encerrado em tal data. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde as datas das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou a Garantidora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou a Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou da Garantidora e não houve declaração ou pagamento, pela Emissora ou pela Garantidora, de dividendo ou distribuição de qualquer natureza relativa a qualquer espécie de ação de seu capital social;
- (ix) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral ou inquérito, inclusive de natureza ambiental, envolvendo a Emissora ou a Garantidora, perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um Impacto Adverso Relevante na sua situação financeira ou nas suas operações de modo a afetar substancialmente sua capacidade de cumprir suas obrigações nesta Escritura;





- (x) nem a Emissora, a Garantidora ou qualquer de seus bens possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, ressalvadas quaisquer imunidades emanadas de normas vigentes relativas a bens ou serviços públicos que sejam aplicáveis à Emissora ou à Garantidora;
  - (xi) estão em cumprimento das leis e regulamentos ambientais a ela aplicáveis, não tendo causado nem permitido o surgimento de qualquer responsabilidade, nos termos das mesmas e não há nenhuma circunstância que pudesse impedir a Emissora ou a Garantidora de cumprir ou interferir no cumprimento, pela Emissora ou pela Garantidora, de tais leis e regulamentos ambientais e que resulte ou possa resultar em Impacto Adverso Relevante;
  - (xii) têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades atuais, estando todas elas válidas ou em processo de renovação e cuja falta não resulte ou possa resultar em Impacto Adverso Relevante;
  - (xiii) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e cujo descumprimento não resulte ou possa resultar em Impacto Adverso Relevante; e
  - (xiv) não há qualquer ligação entre a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.
- 10.2 Para fins desta Escritura, “Impacto Adverso Relevante” significa um impacto adverso relevante para as atividades da Emissora, ou na capacidade da Emissora em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não, relativas às Debêntures e a fiança ora constituída pela Garantidora, nos termos desta Escritura.





## **CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **11.1. Comunicações**

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a Emissora:

**ODEBRECHT DEFESA E TECNOLOGIA S.A.**

Praia de Botafogo, nº 70, 1º andar, parte  
22250-040, Rio de Janeiro – RJ  
At.: Bruno de Botton  
Tel.: (55 21) 2559-3000  
Fax : (55 21) 2559-1125  
E-mail: [botton@odebrecht.com](mailto:botton@odebrecht.com)

ii) para a Garantidora:

**ODEBRECHT S.A.**

Avenida Rebouças, 3970 – 32º andar  
São Paulo – SP, Brasil. CEP: 05425-070  
At.: Marcela Drehmer  
Tel.: Fone: 11 3096 8183  
E-mail: [marceladrehmer@odebrecht.com](mailto:marceladrehmer@odebrecht.com)

iii) para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIO**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514 – Barra da Tijuca  
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ  
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio  
Ferreira (Backoffice Financeiro)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fac símile: (21) 3385-4046  
E-mail: [middle@pentagonotruster.com.br](mailto:middle@pentagonotruster.com.br) / [backoffice@pentagonotruster.com.br](mailto:backoffice@pentagonotruster.com.br)  
Internet: [www.pentagonotruster.com.br](http://www.pentagonotruster.com.br)

iv) para a CETIP:



**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

At. Gerência de Valores Mobiliários

CEP 01452 – 002 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

**11.2. Renúncia**

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**11.3. Despesas**

11.3.1. A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à Oferta, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.



#### **11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

11.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do Artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos Artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.


#### **11.5. Disposições Gerais**

11.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.5.2. Qualquer alteração a esta Escritura somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes, e se for devidamente registrada nos Cartórios Competentes, nos termos da Cláusula 2.1.1.1., desta Escritura.

11.5.3. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.5.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade ou privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

11.5.5. Esta Escritura será regida e interpretada de acordo com as leis do  Brasil.



## **11.6. Foro**

11.6.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2013.

*(As assinaturas seguem nas páginas seguintes)*

Página 1/5 de assinaturas do Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Odebrecht Defesa e Tecnologia S.A.

ODEBRECHT DEFESA E TECNOLOGIA S.A.

Nome: RODRIGO BUENO  
Cargo: DIRETOR

Nome: PEDRO PEREIRA DE SA  
Cargo: DIRETOR

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELA

Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

RODRIGO DE CARVALHO PINTO BUENO

SELO(S): SMX49231

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 2013

FUNPERJ:0,19 FUNDEPERJ:0,19 FETJ:0,79PMCMVRS:0,07 E

TOTAL: 5,36

Em Testemunho

MAT:94-8544-IGOR PEREIRA CELESTINO-ESCREVENTE AUTORIZADO

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELA

Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

PEDRO PEREIRA DE SA

SELO(S): SMX49231

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 2013

FUNPERJ:0,19 FUNDEPERJ:0,19 FETJ:0,79PMCMVRS:0,07 E

TOTAL: 5,36

Em Testemunho

MAT:94-8544-IGOR PEREIRA CELESTINO-ESCREVENTE AUTORIZADO



Página 2/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Odebrecht Defesa e Tecnologia S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: NATHALIA MACHADO LOUREIRO

Cargo: PIETORA.

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELA

Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 2233-2600

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA(s) firma(s) de:

NATHALIA MACHADO LOUREIRO

SELO(S): SMX49239

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 2013

FUNPERJ:0,19 FUNDEPERJ:0,19 FETJ:0,79PMCMKRS:0,07 E

TOTAL: 5,36

Em Testemunho

MAT:94-8544-IGOR PEREIRA CELESTINO - ESCRIVENTE AUTORIZADO



NFI 11401

SN1483222





Página 3/5 de assinaturas do Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Odebrecht Defesa e Tecnologia S.A.

**15° Tabelão**

*[Handwritten signature]*

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**ODEBRECHT S.A.**

*[Handwritten signature]*

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_



*Página 5/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Odebrecht Defesa e Tecnologia S.A.*

TESTEMUNHAS:

*[Signature]*

Nome: *Bodo Gomes de Botto*  
RG: 09268097-4  
CPF: 017961027-92

*[Signature]*

Nome: *Luiza Ferrnino Gleand*  
RG: 32.633.014-8  
CPF: 312.639.528-19



*ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ODEBRECHT DEFESA E TECNOLOGIA S.A.*



**KNOW YOUR CUSTOMER DA MECTRON**

- 1 - Cópia autenticada** do Estatuto Social da Mectron atualizado/ consolidado e alterações posteriores com evidência do registro no órgão competente;
- 2 - Cópia autenticada** da Ata de Eleição da Mectron da atual diretoria com evidência do registro no órgão competente;
- 3- Cópia autenticada** da Ata de Eleição da Mectron do seu atual Conselho de Administração com evidência do registro no órgão competente, conforme aplicável;
- 4 - Cópia autenticada** das procurações da Mectron (se houver);
- 5 – Versão assinada** do Cartão de assinatura dos representantes legais (Diretores e procuradores) da Mectron **completamente preenchido** e com **abono bancário** ou **reconhecimento de firma em cartório**;
- 6 - Cópia autenticada** do RG/CPF e comprovante de residência recente (03 últimos meses) dos representantes legais (diretores e procuradores) da Mectron;
- 7 - Versão assinada** da Ficha Cadastral – PJ da Mectron (**completamente preenchida, rubricada e assinada pelos representantes legais**);
- 8 – Cópia dos 3 últimos balanços patrimoniais (individual por empresa) completos com DRE** auditados (balancetes ou equivalentes);
- 9 - Abertura da estrutura acionária** da Mectron até a identificação dos beneficiários finais (pessoas naturais) com participação acionária acima de 10%.